

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Morais</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1653/2022-PGJ, DE 11.4.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1243/2022-PGJ, de 23.3.2022, na parte que designou a Promotora de Justiça de Cassilândia Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro para responder pela 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no dia 11 e 12.4.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1654/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1412/2022-PGJ, de 29.3.2022, na parte que designou o Promotor de Justiça de Dourados Fernando Jamusse para responder pela 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 28 e 29.4.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1655/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 28 e 29.4.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1641/2022-PGJ, DE 7.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de compensação de plantão à Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, que seriam usufruídos no período de 1º a 10.4.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00003145-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1656/2022-PGJ, DE 11.4.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “F”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Paulo Henrique Mendonca de Freitas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 18 a 20.4.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1661/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Naviraí, Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos nº 0006140-02.2013.8.12.0029, em trâmite na referida Comarca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1662/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes 4 (quatro) dias de compensação no período de 9 a 12.5.2022, por ter coadjuvado a 5ª e 31ª Zonas Eleitorais, nas eleições de 2018 e 2020, respectivamente, nos dias 7.10.2018 e 15.11.2020, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1663/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes 1 (um) dia de compensação no dia 13.5.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 17.7.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1669/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº e-1267/2021-PGJ, de 29.10.2021, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini férias regulamentares que seriam usufruídas no período de 2 a 11.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1642/2022-PGJ, DE 7.4.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe, que seriam usufruídos no período de 30.3 a 18.4.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00003084-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1671/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara Única da comarca de Dois Irmãos do Buriti no dia 7.4.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1672/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Aquidauana, Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência do Processo nº 0001129-54.2019.8.12.0005, em trâmite na Vara Criminal da referida Comarca, no dia 7.4.2022, às 17h30min.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1673/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Cassilândia, Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 14.3.2022, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1674/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 5º Promotor de Justiça de Campo Grande, Plínio Alessi Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência da 5ª Vara Cível da referida Comarca (Processo nº 0839663-12.2020.8.12.0001), no dia 12.4.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1676/2022-PGJ, DE 11.4.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Conceder à 2ª Promotora de Justiça de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, licença integral para frequentar curso de pós-graduação *stricto sensu*, programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com prejuízo de suas funções, no período de 8.4 a 8.7.2022, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20.9.2016 .

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1677/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Chapadão do Sul, Matheus Macedo Cartapatti, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no período de 8.4 a 8.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1678/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1242/2022-PGJ, de 23.3.2022, na parte que designou a Promotora de Justiça de Paranaíba Juliana Nonato para responder pela 3ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no dia 11 e 12.4.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1681/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de compensação ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti, que seriam usufruídos no período de 4 a 13.4.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00002866-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1682/2022-PGJ, DE 11.4.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior 3 (três) dias de compensação no período de 13 a 15.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 6 a 13.4.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1688/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailier Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca, em regime de mutirão, nos dias 13, 19 e 20.4.2022, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021; e tornar sem efeito a Portaria nº 1651/2022-PGJ, de 7.4.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1689/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti para, sem prejuízo de suas funções, atuar como membro colaborador do Comitê Técnico Interinstitucional de Direito Sanitário e Acompanhamento do Pós-Pandemia do Coronavírus-19, COMSaúde, do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1660/2022-PGJ, DE 11.4.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 29/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2022.00002335-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1467/2022-PGJ, DE 31.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 22.3.2022, as férias da servidora Marlene Falco de Lima concedidas por meio da Portaria nº e-335/2021-PGJ, de 13.5.2021, com redação dada pela Portaria nº 3852/2021-PGJ, de 5.10.2021, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 12 a 17.9.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1469/2022-PGJ, DE 31.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Paula da Cunha Bulhões, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 5.5 a 3.6.2022, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1473/2022-PGJ, DE 31.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 22.3.2022, as férias da servidora Aline Reginaldo de Souza concedidas por meio da Portaria nº e-700/2020-PGJ, de 21.12.2020, e suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 25.4 a 3.5.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1474/2022-PGJ, DE 31.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 7.3.2022, as férias da servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso concedidas por meio da Portaria nº 347/2022-PGJ, de 28.1.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 3 a 8.11.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1475/2022-PGJ, DE 31.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 8.2.2022, as férias do servidor Paulo Henrique Sanches concedidas por meio da Portaria nº e-1219/2021-PGJ, de 14.10.2021, com redação dada pela Portaria nº e-198/2022-PGJ, de 23.2.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 28.3 a 5.4.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1632/2022-PGJ, DE 6.4.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Carla Maria Bagordakis, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral Adjunto de Justiça no período de 4 a 13.4.2022, em razão de férias da titular, Ana Carolina Ramos Borges.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1643/2022-PGJ, DE 7.4.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Guaraci Mendes da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Gestão de Estagiários de Direito, Ged, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 17ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, a partir de 6.4.2022, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 309/2021-PGJ, de 26.1.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1644/2022-PGJ, DE 7.4.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Egma Aparecida Vicente Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 8.3.2022, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e art. 7º, todos da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1092/2012-PGJ, de 16.7.2012, que concedeu à referida servidora o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2022.00002613-9).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1645/2022-PGJ, DE 7.4.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E:

Autorizar ao servidor Moises Yule de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na 1ª Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, no período de 4.4.2022 a 3.4.2023, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º e 9º, §§ 1º e 5º, IV; e ainda, arts. 10 e 13, todos da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2022.00002256-5).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 28/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000863-2 - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Antonio Carlos Videira, Gerson Schautz, Jose Jorge Filho, Município de Dourados e Murilo Zauith - Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa consistentes na contratação de prestador de serviços para reforma da 1ª Delegacia de Polícia de Dourados, sem o prévio e devido procedimento licitatório e com ausência de pagamento pelos serviços prestados. **Advogados: Marcos Antônio Granzotti Billy da Silva, OAB/MS nº 24.448 e Sandra Alves Damasceno, OAB/MS nº 10.254.**

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001296-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: José Alberto de Lamônica Guimarães e Leila Tannous Guimarães - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado "Fazenda Rancho Alegre do São Lourenço, município de Ponta Porã/MS (Programa SOS-RIOS). **Advogado: Celso Zachert, OAB/MS nº 6.432.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000562-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Josias Maffissoni Guimarães - Assunto: Apurar o desmatamento de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, realizado na Fazenda São José, de propriedade de Josias Maffissoni Guimarães, localizada no município de São Gabriel do Oeste.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001049-0 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. e o Município de Dourados - Assunto: Apurar dano ambiental causado pela erosão provocada pela falta de rede coletora de água pluvial, bem como ilícito causado em árvore amarrada por um cabo de aço. (IC nº 124/2011/PJDMA). **Advogados: Nuno Henrique de Carvalho Capitão Vigário, OAB/MS nº 13.235 e Cintia J. M. Barbosa, OAB/MS nº 11.958.**

5) Inquérito Civil nº 06.2020.00000212-8 - 8ª Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN e o Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual insuficiência de agentes penitenciários na Penitenciária Estadual de Dourados - PED.

6) Inquérito Civil nº 06.2020.00000300-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Pessoa Jurídica Maria Clenir de Souza Correa - Cuidados Com Amor - Assunto: Apurar a regularidade da Instituição de Longa Permanência Para Idosos ILPI Cuidados Com Amor, localizada neste Município de Sidrolândia/MS. **Advogado: Adilson Brito Vicente, OAB/MS nº 25.797.**

7) Inquérito Civil nº 06.2020.00001149-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia -



Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível desmatamento ilegal de 2,31 hectares divididos em 03 (três) locais em Área Não Identificada pela ausência de inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural, consoante Parecer nº 366/19/Nugeo (Programa DNA Ambiental), Auto de Infração nº 4224/PMA, Laudo de Constatação nº 22242/PMA e Relatório de Informações Complementares nº 087/BPMA/2020. **Advogada: Janaina Bonomini P. Gonçalves, OAB/MS nº 13.137 (Pickler Advocacia Ambiental).**

8) Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000756-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos - Requerentes: Ministério Público Estadual e Vanilce Aparecida Souza Silva - Requerido: A apurar - Assunto: apurar possível dano ambiental consistente na aplicação irregular de agrotóxicos, praticado pelos proprietários da Fazenda Jaraguá, no Município de Terenos/MS. **Advogados: Luiz Cláudio Neto Palermo, OAB/MS nº 17.139 e Áquis Junior Soares, OAB/MS nº 17.190 (Soares & Palermo - Consultoria e Assessoria Jurídica).**

9) Inquérito Civil nº 06.2021.00000877-0 - 32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerentes: Ministério Público Estadual e o Conselho Regional de Medicina - CRM-MS - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS - SESAU - Assunto: Apurar o déficit na escala de médicos clínicos na UPA Coronel Antonino.

10) Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000993-6 (Sigiloso) - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

11) Inquérito Civil nº 06.2021.00001531-6 - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: FUNSAU, Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar a falta de insumos necessários para realização de angioplastia e cateterismo cardíaco no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

12) Inquérito Civil nº 06.2021.00001535-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alexandre dos Reis Silva, Câmara Municipal de Município de Paraíso das Águas - Assunto: Apurar eventual incompatibilidade de acumulação de cargos público por Alexandre dos Reis Silva, nos termos do artigo 38, inciso III, da CF, bem como possíveis atos de improbidade administrativa decorrente.

Campo Grande, 11 de abril de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

DOURADOS

EDITAL Nº 0005/2022/16PJ/DOS

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 07 de dezembro de 2021, entre o Ministério Público Estadual, por meio da 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS e Vicente Donizete Gonçalves, CPF nº 219.628.806-30, residente na cidade de Dourados/MS, firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00000863-2, instaurado para apurar eventuais atos de improbidade administrativa consistentes na contratação de prestador de serviços para reforma da 1ª Delegacia de Polícia de Dourados, sem o prévio e devido procedimento licitatório e com ausência de pagamento pelos serviços prestados. Os referidos autos poderão ser acessados através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Dourados, 08 de abril de 2022

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

RIO BRILHANTE

EDITAL N. 0003/2022/02PJ/RBH

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, bairro Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000275-8

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: apurar irregularidades referentes à lotação das servidoras Daiane Schmidt de Azambuja e Adriana Barbosa Correa de Oliveira no Executivo Municipal de Rio Brilhante/MS"

Rio Brilhante – MS, 8 de abril de 2022.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil n.º 06.22.00000164-8

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 07.04.2022 entre o Ministério Público Estadual, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS e Fábio Henzel e Luana Sampaio Falcão, referente a regularização de Área de Reserva Legal, no bojo dos autos de Inquérito Civil n.º 06.2022.00000164-8, disponível para consulta em do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, localizada na rua Espírito Santo, n.º 1.383, bairro Centro, CEP 79.170-000, telefone (67) 3272-1637. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: "<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>".

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

INOCÊNCIA

EDITAL N. 03/2022

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003414-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar as inspeções técnicas na entidade de longa permanência para idosos na Comarca de Inocência/MS, durante o ano de 2022.

Inocência, 11 de abril de 2022.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N. 04/2022**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003416-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar as inspeções técnicas do serviço de acolhimento institucional desenvolvido na Comarca de Inocência/MS, durante o ano de 2022.

Inocência, 11 de abril de 2022.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 05/2022

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003417-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar as inspeções junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescente em decorrência da prática de ato infracional, durante o ano de 2022.

Inocência, 11 de abril de 2022.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 06/2022

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003419-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar as visitas e/ou inspeções realizadas a Delegacia de Polícia Civil de Inocência, referente ao ano de 2022.

Inocência, 11 de abril de 2022.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em Substituição Legal



SETE QUEDAS

EDITAL N° 0027/2022/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal n° 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual n° 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n° 09.2022.00002701-6.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Nobre dos Santos

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00000564-0, celebrado entre o Ministério Público e os requeridos.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 11 de abril de 2022.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça Substituta